

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº xx, de XX de janeiro de 2021  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)						
	LIQUIDADAS						
	2020						
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>530.208.767,13</b>	<b>512.843.553,99</b>	<b>530.736.209,54</b>	<b>511.926.165,45</b>	<b>517.120.037,25</b>	<b>512.374.479,96</b>	<b>511.189.918,74</b>
Pessoal Ativo	302.822.724,80	283.711.669,29	278.521.107,63	270.299.950,99	276.046.261,45	268.421.322,15	268.066.545,43
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	263.188.678,08	236.500.830,59	242.962.496,00	242.380.428,81	248.419.151,33	239.981.554,77	239.084.264,24
Obrigações Patronais	39.633.972,67	47.210.789,86	35.558.562,79	27.875.245,17	27.583.784,12	28.371.338,45	28.932.321,90
Benefícios Previdenciários	74,05	48,84	48,84	44.277,01	43.326,00	68.428,93	49.959,29
Pessoal Inativo e Pensionistas	218.970.805,60	216.372.856,41	237.391.004,36	228.815.417,16	229.272.997,49	229.826.897,44	229.540.781,22
Aposentadorias, Reservas e Reformas	185.515.505,21	183.976.274,45	203.452.204,01	194.800.376,65	195.271.537,93	195.591.660,57	195.575.998,80
Pensões	33.383.494,52	32.374.359,04	33.805.258,27	33.944.988,15	33.989.884,85	34.184.933,13	33.922.934,77
Outros Benefícios Previdenciários	71.805,87	22.222,92	133.542,08	70.052,36	11.574,71	50.303,74	41.847,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	8.415.236,73	12.759.028,29	14.824.097,55	12.810.797,30	11.800.778,31	14.126.260,37	13.582.592,09
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>99.078.011,89</b>	<b>33.003.895,45</b>	<b>22.427.583,69</b>	<b>21.517.458,71</b>	<b>18.387.649,26</b>	<b>18.253.823,38</b>	<b>18.188.706,03</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	162.182,04	194.928,05	294.467,10	954.556,09	376.922,79	724.681,55	186.867,42
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	24.834.869,82	122.399,97	362.907,00	124.619,62	235.108,61	43.324,44	758.803,32
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	23.649.005,99	6.714.785,37	3.847.213,60	2.404.987,29	1.217.797,69	1.524.263,76	1.102.587,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	46.431.954,04	25.971.782,06	17.922.995,99	18.033.295,71	16.557.820,17	15.961.553,63	16.140.448,21
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>431.130.755,24</b>	<b>479.839.658,54</b>	<b>508.308.625,85</b>	<b>490.408.706,74</b>	<b>498.732.387,99</b>	<b>494.120.656,58</b>	<b>493.001.212,71</b>

  

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS					Total (Últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	2020						
	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>516.591.774,04</b>	<b>521.722.395,27</b>	<b>553.046.452,42</b>	<b>628.383.674,12</b>	<b>712.354.258,80</b>	<b>6.558.497.686,71</b>	<b>123.394.952,21</b>
Pessoal Ativo	271.115.522,34	275.751.056,96	306.623.300,21	355.455.045,94	428.443.631,35	3.585.278.138,54	122.512.612,63
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	241.916.847,16	245.883.212,08	277.921.136,68	324.424.535,23	394.376.882,83	3.197.040.017,80	101.239.212,98
Obrigações Patronais	29.146.049,76	29.794.153,98	28.639.985,15	30.938.837,75	33.990.844,16	387.675.885,76	21.269.400,33
Benefícios Previdenciários	52.625,42	73.690,90	62.178,38	91.672,96	75.904,36	562.234,98	3.969,32
Pessoal Inativo e Pensionistas	230.131.773,46	229.918.159,04	230.098.036,50	258.887.555,86	261.051.412,60	2.800.277.697,14	183.025,98
Aposentadorias, Reservas e Reformas	196.132.375,80	195.814.385,39	196.158.101,43	224.705.778,77	221.695.543,61	2.388.689.742,62	182.914,93
Pensões	33.987.014,69	34.017.458,94	33.667.111,78	34.121.444,59	39.322.613,96	410.721.496,69	111,05
Outros Benefícios Previdenciários	12.382,97	86.314,71	272.823,29	60.332,50	33.255,03	866.457,83	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.344.478,24	16.053.179,27	16.325.115,71	14.041.072,32	22.859.214,85	172.941.851,03	699.313,60
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>19.019.835,71</b>	<b>19.341.411,84</b>	<b>18.907.712,87</b>	<b>132.346.350,15</b>	<b>131.598.094,47</b>	<b>552.070.533,45</b>	<b>84.856.482,48</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	734.573,23	493.322,64	306.097,25	1.086.284,04	331.187,73	5.846.069,93	89.283,34
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.000.287,39	178.200,53	398.304,27	72.701.171,75	61.271.515,93	162.031.512,65	84.652.112,61
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.081.671,48	2.347.648,66	1.875.348,89	5.276.745,13	2.370.241,70	57.412.296,64	115.086,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.203.303,61	16.322.240,01	16.327.962,46	53.282.149,23	67.625.149,11	326.780.654,23	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>497.571.938,33</b>	<b>502.380.983,43</b>	<b>534.138.739,55</b>	<b>496.037.323,97</b>	<b>580.756.164,33</b>	<b>6.006.427.153,26</b>	<b>38.538.469,73</b>

  

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>15.640.877.344,22</b>	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais ( art. 166-A §1º, da CF) (V)	<b>14.228.126,00</b>	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 §16, da CF) (VI)	<b>51.107.989,00</b>	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITE DOS LIMITES DA DESPESA DE PESSOAL (VII) = (IV-V-VI)</b>	<b>15.575.541.229,22</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>6.044.965.622,99</b>	<b>38,81</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>7.632.015.202,32</b>	<b>49,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)</b>	<b>7.250.414.442,20</b>	<b>46,55</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>6.868.813.682,09</b>	<b>44,10</b>

**Notas Explicativas:**

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em Lei Limite de Despesa com Pessoal.

3 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Em R\$)
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	130.449,46	-

4 - As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores) do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado o montante de R\$ 1.825.294.476,17 (Natureza de Despesa 319113-4780) referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Em R\$)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	326.780.654,23	183.025,98
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-4780)	1.825.294.476,17	-
+ Inativos e Pensionistas- Fundo de Proteção Social dos Militares (FPS)	84.198.103,54	-
+ Inativos e Pensionistas Custeados com outros recursos (Poder Executivo)	564.004.463,20	-
<b>Total</b>	<b>2.800.277.697,14</b>	<b>183.025,98</b>

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Em R\$)
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.547.677.844,01	-
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 7)	479.800.817,15	-
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.825.294.476,17	-
+ Inativos e Pensionistas custeados com recursos vinculados e contribuições de militares	84.198.103,54	-
<b>Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)</b>	<b>326.780.654,23</b>	-

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 10ª edição, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
<b>Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)</b>	<b>478.007.461,02</b>
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	49.200.241,83
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	44.401.911,07
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	71.060.043,75
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	303.952.845,97
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	9.392.418,40
<b>Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)</b>	<b>1.793.356,13</b>
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	20.640,78
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	952.507,66
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	59.246,33
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	760.961,36
<b>Total</b>	<b>479.800.817,15</b>

8 - Os valores de R\$ 14.228.126,00 constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais" e R\$ 51.107.989,00 constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada" foram obtidos mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (>[https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais#base\\_calculo](https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais#base_calculo))

ALAN JOHANSON  
Contador Geral do  
Estado/SEFAZ

ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM  
Secretário da Fazenda

EDMAR MOREIRA CAMATA  
Secretário de Estado de

JOSÉ RENATO CASAGRANDE  
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2021  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**RELATORIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>7.048.953.859,43</b>	<b>7.449.344.314,03</b>	<b>7.413.011.470,93</b>	<b>7.407.327.832,82</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	6.873.412.830,45	7.281.714.881,42	7.247.817.178,52	7.254.508.358,43
Empréstimos	4.255.705.344,57	4.687.781.700,63	4.664.666.278,24	4.689.000.453,28
Internos	3.089.713.073,15	3.125.575.236,66	3.128.872.344,69	3.258.134.735,68
Externos	1.165.992.271,42	1.562.206.463,97	1.535.793.933,55	1.430.865.717,60
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	2.268.285.084,12	2.253.932.949,33	2.252.585.699,27	2.243.259.458,15
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	349.422.401,76	340.000.231,46	330.565.201,01	322.248.447,00
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
PIS/PASEP	349.422.401,76	340.000.231,46	330.565.201,01	322.248.447,00
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	175.541.028,98	167.629.432,61	165.194.292,41	152.819.474,39
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.825.903.193,48</b>	<b>5.395.187.206,68</b>	<b>5.862.554.302,22</b>	<b>5.992.007.569,90</b>
Disponibilidade de Caixa	4.771.281.040,31	5.291.665.996,24	5.791.711.947,75	5.922.102.596,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.098.057.847,13	5.416.402.460,71	5.896.325.848,55	6.205.184.961,47
(-) Restos a Pagar Processados	326.776.806,82	124.736.464,47	104.613.900,80	283.082.364,94
Demais Haveres Financeiros	54.622.153,17	103.521.210,44	70.842.354,47	69.904.973,37
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>2.223.050.665,95</b>	<b>2.054.157.107,35</b>	<b>1.550.457.168,71</b>	<b>1.415.320.262,92</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.832.886.168,20	15.172.396.136,05	15.137.976.265,62	15.640.877.344,22
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	23.137.774,00	30.049.412,00	36.049.412,00	14.228.126,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.809.748.394,20	15.142.346.724,05	15.101.926.853,62	15.626.649.218,22
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	44,59%	49,20%	49,09%	47,40%
<b>% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)</b>	<b>14,06</b>	<b>13,57</b>	<b>10,27</b>	<b>9,06</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	31.619.496.788,40	30.284.693.448,10	30.203.853.707,24	31.253.298.436,44
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	28.457.547.109,56	27.256.224.103,29	27.183.468.336,52	28.127.968.592,80

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)¹	193.545.651,35	180.777.896,11	180.777.896,11	219.735.385,98
PASSIVO ATUARIAL	3.319.315.396,61	3.319.315.396,61	3.319.315.396,61	2.528.367.968,62
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	506.127.787,80	486.921.555,95	441.609.262,55	552.179.956,25
RP NÃO-PROCESSADOS	450.364.834,00	158.641.858,38	121.439.973,56	832.062.671,19
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	138.364.031,74	167.485.863,06	168.089.424,76	168.643.779,86

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

1 - Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público e não contemplando o Fundos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS exceto no tocante ao montante de R\$ 2.528.367.968,62 demonstrado na linha "Passivo Atuarial".
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 10ª edição, na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo) referente à coluna Saldo do Exercício Anterior.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está sendo descontado os valores registrados nas contas contábeis (exceto UG's 600210 - Fundo Financeiro e 600211 - Fundo Previdenciário) 899120200 - "Retenções Realizadas a Recolher" e 899120400 - "PDS de Retenções a Pagar", por conta do ajuste de metodologia do cálculo pelas contas orçamentárias.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 7.265.185,24 registrado na conta contábil "121110305 - Financiamentos Concedidos Via Agente Financeiro - BANDES (Exceto FUNDAP)", em virtude de tal aporte financeiro não ter sido realizado com recursos oriundos do orçamento fiscal e de seguridade social.
- Na linha "Depósitos e Consignações Sem Contrapartida" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 10ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e das consignações recolhidas os quais não apresentam a contrapartida dos recursos financeiros em caixa.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher, em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em observância ao art. 33 do Decreto 4763-R/2020, este demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes no SIGEFES.
- Em linha com o mapeamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de dívida consolidada líquida, na disponibilidade de caixa bruta está sendo considerado o valor da UG 600212 - Fundo de Proteção Social dos Militares.

**MARCO ANTÔNIO ROCHA LIMA GUILHERME**  
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

**ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM**  
Secretário da Fazenda

**ALAN JOHANSON**  
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
CRC ES nº 011212/O-0

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Controle e Transparência

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2021  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	53.101.198,13	52.429.286,30	51.743.835,11	52.635.762,25
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	53.101.198,13	52.429.286,30	51.743.835,11	52.635.762,25
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>53.101.198,13</b>	<b>52.429.286,30</b>	<b>51.743.835,11</b>	<b>52.635.762,25</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.832.886.168,20	15.172.396.136,05	15.137.976.265,62	15.640.877.344,22
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	23.137.774,00	30.049.412,00	36.049.412,00	14.228.126,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VII) = (VI - VII)</b>	<b>15.809.748.394,20</b>	<b>15.142.346.724,05</b>	<b>15.101.926.853,62</b>	<b>15.626.649.218,22</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VII)</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,34%</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.478.144.646,72	3.331.316.279,29	3.322.423.907,80	3.437.862.828,01
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	3.130.330.182,05	2.998.184.651,36	2.990.181.517,02	3.094.076.545,21

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	53.101.198,13	52.429.286,30	51.743.835,11	52.635.762,25
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	53.101.198,13	52.429.286,30	51.743.835,11	52.635.762,25
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>	<b>53.101.198,13</b>	<b>52.429.286,30</b>	<b>51.743.835,11</b>	<b>52.635.762,25</b>

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

- 1- Na linha "Das Entidades Controladas (XI)" do quadro "Contragarantias Recebidas" está demonstrada a contragarantia recebida em data oportuna da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) pertinente à respectiva garantia concedida na operação de crédito 0346.616-59-CEF, registrada contabilmente em maio de 2020 (2020NP00645 UG 800102) e evidenciada neste Demonstrativo, em observância ao princípio da prevalência da essência sobre a forma.
- 2 - Os valores a seguir, classificados contabilmente como "Contragarantia Recebida", não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2019	Posição - Dezembro de 2020
711110101 - AVAIS	306.239,37	307.138,87
711110102 - FIANÇAS	17.520.844,18	12.499.291,14
711110105 - SEGUROS-GARANTIA	130.296.418,52	181.905.568,62
711110108 - TÍTULOS PÚBLICOS	127.450,15	0,00
711110109 - CAUÇÕES RECEBIDAS EM DINHEIRO	7.356.223,98	8.372.428,02
711110110 - OUTRAS CAUÇÕES RECEBIDAS	1.961.599,99	3.149.735,03
711110121 - AVAIS - A DETALHAR POR CONTRATO	8.510,40	0,00
711110123 - FIANÇAS - A DETALHAR POR CONTRATO	1.997.661,12	0,00
711110127 - SEGUROS-GARANTIA - A DETALHAR POR CONTRATO	24.901.408,71	505.136,73
711110131 - CAUÇÕES - A DETALHAR POR CONTRATO	2.279.730,21	2.174.895,84
711110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	126.654,02	52.724.720,13
712110109 - CAUÇÕES	989.688,07	989.688,07

3 - Os valores constantes na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais" foram obtidos mediante o demonstrativo disponível no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional ><https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-individuais-para-df-estados-e-municipios>.

4 - Em observância ao art. 33 do Decreto 4763-R/2020, este demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

**ALAN JOHANSON**  
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
CRC ES nº 011212/O-0

**ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM**  
Secretário de Estado da Fazenda

**JOSE RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Estado de Controle e Transparência

**MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME**  
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	95.467.334,90	241.512.029,81
Interna	83.430.637,02	201.814.355,27
Empréstimos	83.430.637,02	201.814.355,27
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	12.036.697,88	39.697.674,54
Empréstimos	12.036.697,88	39.697.674,54
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	-	-
<b>TOTAL (III)</b>	<b>95.467.334,90</b>	<b>241.512.029,81</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.640.877.344,22	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	14.228.126,00	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>15.626.649.218,22</b>	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)</b>	<b>241.512.029,81</b>	<b>1,55%</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16,00%	2.500.263.874,92	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	2.250.237.487,42	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7,00%	1.093.865.445,28	7,00%

<b>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

**NOTA EXPLICATIVA:**

1 - Em observância ao art. 33 do Decreto 4763-R/2020 este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

**ALAN JOHANSON**  
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
CRC ES nº 011212/O-0

**ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM**  
Secretário da Fazenda

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
Governador do Estado

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Controle e Transparência

**MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME**  
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº xx, de 2x de janeiro de 2021  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA  (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO  (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO  (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)  (i) = (g - h)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores  (d)	Demais Obrigações Financeiras  (e)	De Exercícios Anteriores  (b)						Do Exercício  (c)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício									
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>2.027.582.450,17</b>	<b>35.878.067,57</b>	<b>18.674.535,93</b>	<b>4.872.146,00</b>	<b>10.774.755,89</b>	-	<b>1.957.382.944,78</b>	<b>233.100.222,05</b>	-	<b>1.724.282.722,73</b>		
Recursos Ordinários	1.915.308.734,63	35.637.007,73	17.687.680,89	4.852.401,30	9.975.614,44	-	1.847.156.030,27	225.418.887,00	-	1.621.737.143,27		
Outros Recursos não Vinculados	112.273.715,54	241.059,84	986.855,04	19.744,70	799.141,45	-	110.226.914,51	7.681.335,05	-	102.545.579,46		
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>3.844.062.703,00</b>	<b>50.078.033,62</b>	<b>173.092.565,31</b>	<b>10.830.451,21</b>	<b>49.657.639,44</b>	-	<b>3.560.404.013,42</b>	<b>479.050.623,97</b>	-	<b>3.081.353.389,45</b>		
Recitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	18.500.981,25	922.326,66	7.388.492,26	2.290,00	576.910,74	-	9.610.961,59	11.253.498,59	-	(1.642.537,00)		
Transferências do FUNDEB - 60%	7.935.970,74	-	5.388.984,59	-	2.546.986,15	-	-	-	-	-		
Transferências do FUNDEB - 40%	36.278.877,61	2.426.574,51	16.910.673,72	-	2.426.540,07	-	14.515.089,31	-	-	14.515.089,31		
Outros Recursos Destinados à Educação	156.570.641,16	541.202,07	15.103.589,90	13.473,03	657.571,43	-	140.254.804,73	14.301.054,35	-	125.953.750,38		
Recitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	180.307.622,80	38.802.710,02	49.961.452,12	10.088.105,02	4.055.404,38	-	77.399.951,26	43.652.260,29	-	33.747.690,97		
Outros Recursos Destinados à Saúde	451.226.004,41	3.706.828,64	50.007.033,21	585.740,24	886.562,23	-	396.039.840,09	47.711.812,87	-	348.328.027,22		
Recursos Destinados à Assistência Social	29.618.695,79	263.573,28	3.421.152,50	-	15.746,14	-	25.918.223,87	1.135.895,45	-	24.782.328,42		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	-	-	-	-	11.190,41	-	(11.190,41)	-	-	(11.190,41)		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	59,47	-	7.237,98	-	5.298,15	-	(12.476,66)	-	-	(12.476,66)		
Recursos De Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e Saúde)	277.451.214,75	1.454.570,45	232.530,23	34.854,09	17.987,88	-	275.711.272,10	69.707.113,55	-	206.004.158,55		
Recursos de Alienação de Bens Ativos	11.508.538,16	419.822,58	-	-	-	-	11.088.715,58	3.248.725,47	-	7.839.990,11		
Outros Recursos Vinculados	2.674.664.096,86	1.540.425,41	24.671.418,80	105.988,83	38.457.441,86	-	2.609.888.821,96	288.040.263,40	-	2.321.848.558,56		
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.871.645.153,17</b>	<b>85.956.101,19</b>	<b>191.767.101,24</b>	<b>15.702.597,21</b>	<b>60.432.395,33</b>	-	<b>5.517.786.958,20</b>	<b>712.150.846,02</b>	-	<b>4.805.636.112,18</b>		

Fonte: SIGEPES – SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

- 1 - Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" estão sendo computadas apenas as contas integrantes do grupo "111000000 - Caixa e Equivalentes de Caixa" e a conta contábil "113829902 - Valores a Receber DREM".
- 2 - O montante de R\$ 4.996.577.720,04, registrado, pelo Fundo Previdenciário, no grupo de contas contábeis "122300000 - Investimentos do RPPS de Longo Prazo - Consolidação", não está sendo considerado no Demonstrativo, haja vista que, além de ser aplicação de longo prazo, também está comprometido com o passivo atuarial.
- 3 - Nas linhas "Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário" e "Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro" não estão sendo contemplados as disponibilidades e obrigações financeiras contabilizadas no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), os quais estão sendo computados na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos".
- 4 - Na linha "Recursos Ordinários" estão considerados somente os seguintes detalhamentos: "000000 - Recursos Ordinários/ Superávit Financeiro"; "000005 - Superávit Financeiro"; "000006 - Excesso de Arrecadação"; "000008 - Ressarcimento de Operações de Crédito BNDES"; "000017 - Superávit Financeiro - LC 833/2016" da fonte de recursos "01 - Recursos Ordinários".
- 5 - Na linha "Recursos de Alienação de Bens Ativos" estão sendo considerados os recursos pertinentes ao caixa do tesouro e aos fundos públicos.
- 6 - Na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos", está sendo computado o montante de R\$ 14.543,49 registrado na conta contábil "111110100 - Caixa" e o montante de R\$ 500,00 registrado na conta contábil "111110200 - Adiantamento para Fundo Fixo - CEASA".
- 7 - Os valores a receber a título da DREM (Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios) registrados na conta contábil "113829902 - Valores a Receber DREM", no total de R\$ 8.454.132,20 estão sendo considerados como disponibilidade de caixa bruta e, por consequência, como disponibilidade de caixa líquida na linha "Recursos Ordinários". Em contrapartida, tais valores, devidos pelas autarquias e fundos públicos, em 31/12/2019 (Operação Intra OFSS), conforme registrado na conta contábil "218929001 - Valores a Recolher ao Tesouro Estadual - DREM", estão abatidos da disponibilidade de caixa líquida dos "Outros Recursos Não Vinculados" (1.099.394,01); "Recursos Destinados à Assistência Social" (R\$ 60.622,67) e das "Outras Destinações Vinculadas de Recursos" (R\$ 7.294.115,52), em virtude de integrarem as "Demais Obrigações Financeiras" dos referidos recursos.
- 8 - Em observância ao art. 33 do Decreto 4763-R/2020, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEPES.

**ALAN JOHANSON**  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ  
 Contador CRC ES nº 0111212/O-0

**ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM**  
 Secretário da Fazenda

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
 Secretário de Controle e Transparência

**JOSE RENATO CASAGRANDE**  
 Governador do Estado

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2021  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE</b>	
Receita Corrente Líquida		15.640.877.344,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		15.626.649.218,22
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		15.575.541.229,22
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.044.965.622,99	38,81%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	7.632.015.202,32	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	7.250.414.442,20	46,55%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	6.868.813.682,09	44,10%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
Dívida Consolidada Líquida	1.415.320.262,92	9,06%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.253.298.436,44	200,00%
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
Total das Garantias Concedidas	52.635.762,25	0,34%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.437.862.828,01	22,00%
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	241.512.029,81	1,55%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.500.263.874,92	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.093.865.445,28	7,00%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total (inclusive RPPS)	712.150.846,02	4.805.636.112,18
Valor Total - Poder Executivo (excluído RPPS)	712.150.846,02	4.805.659.779,25
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	-	(23.667,07)

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

**NOTA EXPLICATIVA:**

1 - Em observância ao art. 33 do Decreto 4763-R/2020, este demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

**ALAN JOHANSON**  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ  
 CRC ES nº 0111212/O-0

**ROGELIO PEGORETTI CAETANO AMORIM**  
 Secretário de Estado da Fazenda

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**  
 Governador do Estado